

Amagis

NA IMPRENSA

AGOSTO DE 2012

ESTADO DE MINAS (BH) • 14 DE JULHO DE 2012

ESTADO DE MINAS • SÁBADO, 14 DE JULHO DE 2012

CULTURA



MÁRIO FONTANA

>>mario.fontana@uol.com.br

FLASH

ASCOM/DIVULGAÇÃO



JUIZES ELEITORAIS
ENCONTRO EM BRASÍLIA

O juiz mineiro Bruno Terra Dias, presidente da Associação Mineira de Magistrados (Amagis), foi quem coordenou o encontro em Brasília de juizes eleitorais de Minas e de outros estados com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha, que por sinal é mineira. Foi debatida a atuação dos juizes nas eleições municipais de outubro. O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Nelson Calandra também participou do encontro. Ficou decidida a criação no site do TSE de um serviço de informações sobre as eleições, que servirá ainda como ponte entre os vários tribunais regionais eleitorais com o TSE.

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha, entre os juizes mineiros Marcelo Cândido, Rogério Coutinho, Carlos Alberto Parreira e Bruno Terra Dias, no TSE, em Brasília

O TEMPO (BH) • 15 DE JULHO DE 2012

O TEMPO

Jornalismo de Qualidade



Élder Martinho

Publicado no Jornal O TEMPO em 15/07/2012

ASCOM/AMB/IMPULGAÇÃO



Juiz Marcelo Cândido, de Governador Valadares, juiz Rogério Coutinho, ministra Cármen Lúcia, juiz Carlos Alberto Parreira, de Poços de Caldas e o juiz Bruno Terra, em Brasília

Em Brasília

Juizes eleitorais do interior de Minas estiveram na última quinta-feira, 12, em Brasília, para uma reunião com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia. O encontro foi solicitado pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra, e contou com a participação de magistrados de todo o país. O objetivo foi estreitar os laços, estabelecer um canal de contato direto entre os magistrados estaduais, responsáveis pelas eleições, e o TSE, e, consequentemente, promover maior celeridade e presteza nas eleições 2012.



Consultor Jurídico
www.conjur.com.br

Capa Seções Eventos Links Livraria Anuários Login

NOTÍCIAS
13
julho
2012

ELEIÇÕES 2012

Ministra Cármen Lúcia promove encontro com juízes

Juízes eleitorais de todo país estiveram, na última quinta-feira (12/7), em Brasília para uma reunião com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a ministra Cármen Lúcia. O encontro foi solicitado pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra, e contou com a participação de diversos magistrados.



O objetivo foi estabelecer um canal de contato direto entre os juízes estaduais, responsáveis pelas eleições, e o TSE, e promover maior celeridade e presteza nas eleições 2012. A ministra anunciou a criação de uma lista de discussão na internet, que servirá como meio de interlocução. Ela será implantada no site do TSE e a expectativa é que esteja em funcionamento a partir desta sexta-feira (13/7).

Ainda durante o encontro, a ministra Cármen Lúcia reiterou seu posicionamento de que a jurisdição eleitoral cabe aos magistrados estaduais.

Participaram do encontro, além do presidente da Amagis, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Nelson Calandra; os juízes Carlos Alberto Pereira da Silva, da comarca de Poços de Caldas (MG); Marcelo Cândido, da comarca de Governador Valadares (MG); Paulo Tamburini, auxiliar da presidência do TSE; e Carlos Henrique Perpétuo Braga, secretário-geral da Presidência do TSE. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Amagis.*

Revista Consultor Jurídico, 13 de julho de 2012

hojeemdia.com.br

Opinião

Belo Horizonte, domingo, 22.7.2012
HOJEEMDIA

| 31

DIREITO HOJE

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, participou de reunião (foto) com o presidente do STF, ministro Ayres Britto, na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros, na última quarta-feira.



Bruno Terra e Ayres Britto

■ JUDICIÁRIO

Pela nova lei, sempre que se sentir ameaçado por bandidos, magistrado poderá julgar processos em conjunto com colegas

Colegiado é nova arma dos juízes

PEDRO FERREIRA

Além de recomendar maior segurança nos fóruns e tribunais de Justiça, a Lei 12.694/12, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, permite ao juiz instaurar um colegiado e tomar as decisões com outros dois magistrados na hora de julgar um criminoso, quando considerar que as circunstâncias acarretam risco à sua integridade física. Em Minas, a nova lei é uma aposta para juízes e desembargadores na redução dos casos de ameaças. De acordo com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no país 400 juízes estão sob ameaças de organizações criminosas. Em Minas, 20 estão em situação de risco e são acompanhados pelo Centro de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Segundo o chefe da assessoria militar do TJMG, tenente-coronel Renato Batista Carvalhais, um dos juízes mineiros anda sob escolta armada o tempo todo, mas seu nome e comarca de atuação não são revelados por questão de segurança.



Bruno Terra, da Amagis: cada comarca deve decidir sobre segurança

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, (Amagis), Bruno Terra, conta que a maioria dos juízes em situação de risco é da área criminal. "O tráfico de drogas e roubo de cargas são ti-

pos de situações que se faz mediante organização criminosa, que suscita mais a necessidade de proteção", disse Bruno Terra. Para ele, não haverá necessidade de instalação de detectores de metal

em cada fórum de Minas, mas o TJ pode regulamentar de acordo com o nível de risco que houver em cada comarca ou vara.

Para Bruno Terra, a formação do colegiado vai reduzir os casos de ameaças pois as reuniões dos juízes serão sigilosas e a sentença não vai registrar eventual dissidência se houver, como um voto divergente.

O presidente interino da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Raduan Miguel Filho, considera que a lei sancionada pela presidente Dilma veio atender os anseios da magistratura no sentido de que cria mecanismos judiciais e administrativos para dar uma maior tranquilidade. "Não porque não estejamos sempre satisfeitos, mas ainda há muito a ser feito em termos de segurança. Mas a lei dá uma certa segurança ao magistrado no momento em que ela permite a instalação de um colegiado para cuidar de processo-crime em que se envolve organização criminosa", disse Raduan. Segundo ele, o número de denúncias de ameaças e de magistrados pedindo segurança tem aumento na AMB.

BRASIL

Editor: Sidney Martins
smartins@hojeemdia.com.br

Dilma sanciona lei que amplia proteção a juízes ameaçados

- Minas Gerais tem pelo menos 20 magistrados em situação de risco
- Norma destaca a adoção de medidas de seguranças nos fóruns



PROTESTO – No ano passado, integrantes do movimento Rio de Paz fizeram manifestação em frente ao fórum de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio, devido à morte da juíza Patrícia Acioli

Renato Fonseca*

rfonseca@hojemdia.com.br

Minas Gerais tem pelo menos 20 juízes ameaçados de morte, mas apenas um conta com escolta armada, conforme levantamento da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Esse cenário de insegurança vivido nos tribunais do Estado, também comum em todo o país, pode começar a mudar. Juízes, membros do Ministério Público (MP) e seus familiares que estiverem em "situação de risco" terão a proteção ampliada, segundo lei sancionada ontem pela presidente Dilma Rousseff.

A proposta estabelece que esses profissionais e seus parentes recebam proteção imediata caso estejam sob ameaça. A segurança será prestada pelas polícias Civil ou Militar, ou órgãos institucionais. Os casos deverão ser comunicados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A iniciativa ocorre um ano depois do assassinato da juíza Patrícia Acioli, de 47 anos, em Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O caso ganhou repercussão nacional porque os magistrados classificaram o crime de atentado

à democracia.

"A nova lei aumenta a segurança dos magistrados e dos servidores que trabalham nos tribunais. É um avanço para a nossa classe. Uma reivindicação antiga que começa a sair do papel", avalia o presidente da Amagis, Bruno Terra.

O texto sancionado também destaca a adoção de medidas que reforcem a segurança dos prédios, como controle de acesso por meio de detectores de metais e identificação de todos os visitantes. Outra é a permissão para que os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do MP tenham, temporariamente, placas especiais que impeçam a identificação dos usuários.

Mudança também com

relação aos julgamentos. A nova lei estabelece que crimes praticados por organizações criminosas devem ser julgados por um colegiado de profissionais de primeiro grau, para que o foco não esteja apenas em um magistrado. A decisão permite que o juiz responsável por pro-

cessos envolvendo organizações criminosas tome medidas como revogação de prisão e transferência de suspeitos para penitenciárias de segurança máxima.

Pelo texto, é compreendida como organização criminosa a associação de três ou mais pessoas, que dividem tarefas com o objetivo de obter vantagens mediante prática de crimes. A associação em organizações criminosas pode levar a quatro anos de prisão. (Com agências) •

Hoje, o CNJ contabiliza 150 juízes sob ameaça, mas só 61 estariam com escolta no Brasil

SAIBA MAIS**Amagis quer Polícia do Poder Judiciário**

Em Minas, além das ameaças a juízes, são frequentes os casos de fóruns invadidos e incendiados por criminosos. Para combater a fragilidade da segurança nos tribunais do Estado, a Amagis reivindica a criação de uma Polícia do Poder Judiciário. Atualmente, a segurança nas unidades é feita por profissionais terceirizados. Segundo o presidente da Amagis, Bruno Terra, não se trata da criação de uma nova polícia, com todos os custos adicionais aos cofres públicos, mas sim da absorção da mão de obra que já executa a função.

ALÉMDISSO**Casos de grande repercussão**

12/08/2011

Ela estava marcada para morrer. Executada com 21 tiros, a juíza Patrícia Acioli fazia parte de uma lista de 12 pessoas que deveriam ser assassinadas pelo crime organizado do Rio. Em dez anos, a magistrada foi responsável pela prisão de cerca de 60 policiais ligados a milícias e a grupos de extermínio.

25/01/2002

Neste ano completa uma década do bárbaro assassinato do promotor mineiro Francisco José Lins do Rêgo Santos, o Chico Lins. Ele foi morto com sete tiros durante investigação da máfia dos combustíveis em Minas, que chegava a desviar até 15% da arrecadação total de ICMS do estado. O empresário Luciano Farah Nascimento, então com 29 anos, foi condenado por ter sido o mandante do crime.

sobre o tema, sendo este programa uma referência no meio jurídico. Ele foi ao ar esta semana na TV Assembleia e na TV Comunitária.

MERCADO IMOBILIÁRIO



Kênio Pereira

duvidaskenio@caixaimobiliaria.com.br

Informação gera segurança

Um dos principais objetivos do Caderno **Habitar** é informar seus leitores sobre tudo que envolva a compra e venda, locação e relações condominiais, pois o conhecimento especializado consiste num importante instrumento para que as pessoas possam agir com maior margem de acerto, o que geralmente resulta em aumento da lucratividade, conforme você poderá ver, neste sábado, às 15h30h, na TV Justiça.

É muito bom verificarmos que nossa coluna "Mercado Imobiliário" tornou-se um referencial para diversos veículos de comunicação, onde os assuntos complexos são abordados de maneira simples e esclarecedora, a ponto desta coluna ser constantemente fixada nas portarias e quadros de avisos de centenas de edifícios, bem como em processos judiciais que discutem questões de compra, venda, locação e condomínios, além de servir como orientação nas discussões nas assembleias de condomínios.

TV JUSTIÇA – DIREITOS DOS COMPRADORES

Diante do sucesso do Encontros Imobiliário da OAB-MG, promovido pela Comissão de Direito Imobiliário a qual presido, que no último dia 19 de junho lotou o auditório da OAB pela 12ª vez seguida, a Associação dos Magistrados de MG (Amagis) fez um "Via Justiça"

TV JUSTIÇA – DIREITOS DOS COMPRADORES

Diante do sucesso do Encontros Imobiliário da OAB-MG, promovido pela Comissão de Direito Imobiliário a qual presido, que no último dia 19 de junho lotou o auditório da OAB pela 12ª vez seguida, a Associação dos Magistrados de MG (Amagis) fez um "Via Justiça"

sobre o tema, sendo este programa uma referência no meio jurídico. Ele foi ao ar esta semana na TV Assembleia e na TV Comunitária.

Hoje, será reprisado na TV Justiça em rede nacional, às 15h30, nos canais: 7 (Net), 117 (Sky) e 901 (OiTV), sendo que o tema do programa será "Os direitos dos compradores de imóveis na planta, a assembleia de condomínio e a entrega dos apartamentos aos compradores".

Já tendo participado de vários dos programas promovidos pela competente equipe do Tribunal de Justiça de MG (no programa Justiça em Questão) e da Amagis (programa Via Justiça), desta vez tive a honra de ter como debatedor o desembargador aposentado do TJMG, Alberto Aloísio Pacheco de Andrade, que é um grande conhecedor do Direito, tendo julgado centenas de processos sobre entrega de imóveis pela construtora, prazo de garantia, vícios de construção e condomínios. Será uma ótima oportunidade das pessoas passarem a entender sobre a postura que devem adotar nessas situações.

RESPOSTAS AOS LEITORES

Visando atender a enorme demanda dos leitores em busca de esclarecimentos, o jornal **Pampulha** divulga outros meios de consulta, sendo possível encaminhar as dúvidas para a Rádio Justiça do Supremo Tribunal Federal (104,7 FM Brasília/Goiás), onde toda quarta-feira, entre 8h30 e 9h, esclareço várias questões imobiliárias, que podem ser ouvidas ao vivo no site: www.radiojustica.jus.br.

Já nas segundas e sextas-feiras, na Rádio BandNews (89,5 FM), às 13h12, nosso leitores têm suas perguntas que enviaram para ouvintebh@bandnewsfm.com.br respondidas por mim.

Toda quinta-feira participo do jornal da TV Band, às 18h50, onde comento vários assuntos do direito imobiliário de forma objetiva, sendo que alguns temas são sugeridos pelos leitores.

Dessa maneira, é com satisfação que vemos nosso trabalho premiado pela credibilidade, o que é cada dia mais raro nesse país.

Obter o reconhecimento de grandes meios de comunicação e de entidades civis da maior importância na nação consagra nosso projeto de prestação de serviços e assim, nós, do jornal **Pampulha**, contribuimos para que as pessoas realizem seus negócios com maior tranquilidade, mediante a obtenção de informações seguras.